

Comando Vermelho tem arsenal com munição desviada de fontes públicas

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Maria Luiza | 12 de outubro de 2026



O Comando Vermelho recebeu parte de seu arsenal de munições de fuzil a partir de cartuchos que haviam sido originalmente comprados por Forças Armadas e instituições de segurança pública. É o que aponta um levantamento do Instituto Sou da Paz, que analisou 31.699 cartuchos vinculados à facção em 29 casos judiciais, entre 2018 e 2025.

Entre as 31.205 munições originais de fábrica analisadas para identificar o país de fabricação, 40,9% eram brasileiras. E, dentro desse grupo, 51,9% tinham códigos de rastreabilidade institucional, indicando que os cartuchos haviam sido originalmente adquiridos por Forças Armadas ou instituições de segurança e, em algum momento, deixaram o controle estatal.

O levantamento mostra, porém, que identificar a origem da munição nem sempre significa conseguir descobrir onde ocorreu o desvio. Dos 119 códigos de rastreabilidade identificados pelos pesquisadores, apenas 34 puderam ser associados à instituição compradora. Em 85 casos, o comprador legal não pôde ser identificado.

Para Bruno Langeani, consultor sênior do Instituto Sou da Paz, o cenário revela problemas na guarda e no controle do material adquirido pelo poder público.

“O Brasil tem um problema com relação à guarda e controle de munições que são vendidas para as Forças Armadas e polícias e que acabam sendo desviadas para a mão do crime organizado.”

Segundo Langeani, o próprio processo de rastreamento ainda é pouco utilizado nas investigações. Dos 29 casos estudados, afirma ele, foram poucos aqueles em que houve uma apuração efetiva para descobrir de onde as munições haviam saído.

Rastro existe, mas não chega ao comprador

O Brasil possui um sistema de marcação que permite, no caso da munição destinada às Forças Armadas e às instituições de segurança, associar o cartucho a um lote e ao comprador institucional. O problema é que essa informação não está disponível de forma ampla para consulta e, em muitos casos, a investigação não consegue completar o caminho entre o cartucho apreendido e a instituição que o adquiriu.

Langeani afirma que o Sou da Paz defende que os dados sobre códigos e compradores sejam públicos.

“A gente está falando de uma munição comprada com dinheiro público e cujo desvio, enfim, trata-se aí de corrupção e de uma corrupção que tem uma consequência muito grande para o fortalecimento do crime organizado.”

O Instituto protocolou em 2023 um pedido de acesso à informação para obter a relação de códigos e compradores. Segundo o relatório, o pedido foi parcialmente atendido apenas em relação às vendas ao Exército e permanecia pendente, mais de três anos depois, quanto a outras informações. A restrição dificultou a identificação dos compradores legais e, conseqüentemente, dos possíveis pontos de desvio.

O estudo ressalta que não é possível apontar, a partir da amostra, qual instituição pública mais contribuiu para o

fornecimento de munições ao crime. A maior parte dos códigos não pôde ser rastreada até o comprador.

Um dos casos analisados ajuda a mostrar a dimensão do problema. Durante uma apreensão relacionada à Operação Contenção, os pesquisadores encontraram 32 cartuchos nacionais com 16 códigos de rastreabilidade. Três lotes puderam ser associados ao Exército Brasileiro. Um deles havia sido comprado em 2022 e entregue ao 22º Depósito de Suprimentos, em Barueri, na Grande São Paulo. Até maio de 2026, segundo o relatório, não havia sido localizada nos autos informação sobre o rastreamento desses lotes ou sobre diligências para identificar o ponto de desvio.

Uma nova fonte de abastecimento?

O levantamento também identifica uma mudança no perfil das munições apreendidas ao longo dos anos.

Segundo Bruno Langeani, no início da série analisada, duas fontes apareciam com maior frequência: munição estrangeira traficada para o Brasil e munição nacional desviada de forças de segurança.

Nos anos mais recentes, porém, a munição brasileira ganhou participação nas apreensões, ao mesmo tempo em que passaram a aparecer mais cartuchos recentes e sem códigos de rastreabilidade institucional.

Entre os cartuchos que tinham ano de fabricação identificado, 39,9% haviam sido produzidos até dois anos antes da apreensão. A diferença é ainda mais expressiva quando se considera a origem: 47,8% das munições nacionais datadas estavam nessa faixa, contra nenhuma das estrangeiras datadas.

Para Langeani, o cruzamento desse resultado com o aumento das vendas de munição no mercado civil a partir de 2019 fortalece uma hipótese sobre a mudança na cadeia de abastecimento.

“A gente consegue fortalecer essa principal hipótese de que essa munição no mercado civil, esses decretos e afrouxamentos que foram feitos no governo Bolsonaro, eles criaram uma nova fonte mais barata e mais acessível pra que o crime organizado comprasse munição de fuzil.”

O relatório, no entanto, trata essa interpretação como hipótese a ser investigada, e não como uma conclusão capaz de apontar uma única origem para todos os desvios. A pesquisa identifica tanto munição institucional desviada quanto munição nacional sem código institucional.

Transporte concentra as maiores cargas

Outro achado do estudo aponta para onde a polícia pode conseguir os maiores resultados na tentativa de interromper o abastecimento das facções.

Dos 29 casos analisados, 10 envolveram munição durante o transporte, quatro em locais de guarda e 15 quando os cartuchos já estavam em situação de uso. As apreensões em transporte, apesar de representarem pouco mais de um terço das ocorrências, concentraram 27.850 cartuchos, contra 1.517 em locais de guarda e 2.332 em situações de uso.

A menor carga interceptada em transporte tinha 600 cartuchos, enquanto a maior apreensão em situação de uso tinha 503.

Para Langeani, a vantagem não está apenas no volume apreendido.

“Essa apreensão feita em transporte ou em depósitos é muito mais vantajosa tanto porque, em geral, as quantidades são muito maiores como também porque o risco para a polícia é muito menor.”

Segundo ele, as cargas interceptadas durante o deslocamento

também tendem a estar mais próximas da origem do abastecimento e, muitas vezes, preservam embalagens e informações que ajudam no rastreamento.

O problema, afirma o pesquisador, é que nem sempre essas informações são aproveitadas.

“A gente viu muito laudo deficiente que não descrevia as informações importantes pra rastrear e pra descobrir de onde vem. A gente viu muita informação de lote que foi identificada, mas ninguém fez nada com isso. Ninguém foi atrás de rastrear.”

De apreensão a inteligência

O Instituto Sou da Paz defende que a munição apreendida seja tratada não apenas como prova da posse ilegal, mas também como uma fonte de inteligência para identificar fornecedores, rotas, estoques e pontos de desvio.

O estudo recomenda ampliar a marcação rastreável para munições destinadas ao mercado civil, criar registros eletrônicos de estoque, preservar embalagens e padronizar laudos periciais. Também propõe que cada código institucional encontrado em uma apreensão seja transformado em uma linha de investigação, com comunicação ao comprador legal e reconstrução da distribuição do lote.

A lógica é mudar o foco da apreensão da munição que já chegou às mãos do criminoso para a interrupção das rotas que permitem que ela chegue até as armas.

O relatório conclui que a marcação existente no Brasil oferece uma ferramenta importante para esse trabalho, mas seu potencial é reduzido quando faltam registros, transparência, perícia completa e continuidade da investigação.

Fonte: cnnbrasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
12/10/2026/07:20:23

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Conta digital: a porta de entrada para sua vida financeira moderna